

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

CURSO DE **DIREITO**
INTERNACIONAL
PRIVADO



*revista e
atualizada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A 1ª edição desta obra foi publicada com o título *Direito Internacional Privado – Curso Elementar*.
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 11.02.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional privado / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8522-6

1. Direito internacional privado. I. Título.

Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS	XIX
------------------------------------	-----

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	3
1.1 Abertura legislativa e função do DIPr	5
1.2 Interação legislativa global.....	7
1.3 DIPr e direitos humanos	8
2. DIPr e direito intertemporal.....	11
3. DIPr e direito uniforme.....	12
3.1 Impossibilidade de uniformização total.....	13
3.2 Uniformização regional e global	15
3.3 Diferenças de fundo.....	17
4. Perspectiva	18

Capítulo II

NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr	21
1.1 O “elemento estrangeiro”.....	23
1.2 Conflitos interestaduais.....	24
1.3 Discricionariedade estatal.....	27
1.4 Missão principal do DIPr.....	29
1.5 A questão da nomenclatura	30
1.6 Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e in- dependentes	31
2. Objeto e finalidade do DIPr.....	32
2.1 Objeto do DIPr.....	33
2.2 Finalidade do DIPr.....	37
3. Posição do DIPr nas ciências jurídicas (taxinomia).....	39
3.1 O DIPr é direito interno ou internacional?.....	40
3.2 O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público?	42
4. Conflitos de leis estrangeiras no espaço.....	43
5. Direito Internacional Privado brasileiro	45
5.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	45
5.2 Estatuto pessoal no DIPr brasileiro	47
5.3 Estatuto pessoal no Código Bustamante.....	52

Capítulo III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Introdução.....	55
2. Fontes internas.....	56
2.1 Constituição e leis	57
2.2 Costume nacional.....	61
2.3 Doutrina e jurisprudência interna	63
3. Fontes internacionais.....	65
3.1 Tratados internacionais	65
3.2 Costume internacional	70
3.3 Jurisprudência internacional	72
4. Fontes transnacionais	73
5. Conflitos entre as fontes.....	76
5.1 Conflitos entre fontes de categorias distintas.....	76
5.2 Conflitos entre fontes de mesma categoria.....	77

Capítulo IV

TEORIA GERAL DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Normas indicativas	79
1.1 Normas diretas e indiretas	80
1.2 Hipótese e disposição	81
1.3 <i>Lex fori</i> e <i>lex causae</i>	82
1.4 Categorias de normas indicativas.....	82
2. Conflitos das normas de DIPr no espaço.....	84
2.1 Conflito espacial positivo.....	86
2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio).....	87
2.2.1 Entendimento.....	88
2.2.2 Posição do direito brasileiro.....	90
2.2.3 Importância prática do reenvio.....	93
2.2.4 Conclusão	94
3. Conflitos das normas de DIPr no tempo	95
4. Aplicação substancial das normas de DIPr.....	99
4.1 Problema das qualificações.....	99
4.1.1 Fundamento	100
4.1.2 Conceito e entendimento.....	101
4.1.3 Qualificação por etapas.....	103
4.1.4 Exceção dos bens e das obrigações.....	106
4.1.5 Regras do Código Bustamante.....	109
4.1.6 Instituições desconhecidas	110
4.2 Conflito de qualificações.....	110
4.3 Questão prévia.....	115
4.4 Adaptação ou aproximação.....	119
5. Remissão a ordenamentos plurilegislativos	120

Capítulo V
ELEMENTOS DE CONEXÃO

1.	Elemento e objeto de conexão	125
1.1	Diferenças de fundo	125
1.2	Procedimento de localização	127
1.3	Concurso de elementos de conexão	128
2.	Espécies de elementos de conexão	129
2.1	Conexões pessoais	129
2.2	Conexões reais (territoriais)	129
2.3	Conexões formais	130
2.4	Conexões voluntárias	131
2.5	Conexões delituais	131
3.	Qualificação dos elementos de conexão	132
3.1	Qualificação pela <i>lex causae</i>	132
3.2	Conflito positivo e negativo	133
4.	Principais elementos de conexão	134
4.1	Território	135
4.2	Nacionalidade	136
4.3	Domicílio	137
4.4	Vontade das partes	141
4.4.1	Autonomia da vontade e ordem pública	142
4.4.2	Fundamento da autonomia da vontade no direito brasileiro	143
4.4.3	Autonomia da vontade na eleição de foro	146
4.4.4	Autonomia da vontade e qualificação (do objeto e do elemento de conexão)	147
4.4.5	Autonomia da vontade na jurisprudência brasileira	147
4.4.6	Autonomia da vontade no Projeto de Lei nº 269 do Senado Federal	148
4.4.7	Conclusão	149
4.5	Lugar do contrato	149
4.6	A <i>lex fori</i>	150
4.7	Religião e costumes tribais	150
5.	Conflitos móveis (sucessão de estatutos)	152

Capítulo VI

DIREITOS ADQUIRIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Entendimento	157
2.	Efeitos dos direitos adquiridos	162
3.	Limites da <i>lex fori</i>	163
4.	Elementos para o reconhecimento	166
5.	Direitos adquiridos no DIPr brasileiro	167

Capítulo VII

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1. Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado	171
1.1 A questão da competência	172
1.1.1 Competência concorrente.....	175
1.1.2 Competência exclusiva.....	180
1.1.3 Afastamento da competência.....	183
1.1.4 Ainda sobre a (não) exaustividade dos arts. 21 a 25 do CPC/2015.....	186
1.2 Imposição legal de aplicação do direito estrangeiro.....	188
1.3 Norma estrangeira como direito (não como fato).....	189
2. Aplicação direta da lei estrangeira	191
2.1 Aplicação <i>ex officio</i>	192
2.2 Prova do direito estrangeiro.....	197
2.3 Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais.....	204
2.4 Análise e interpretação da lei estrangeira	206
2.5 Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis.....	211
2.6 Controle de constitucionalidade da lei estrangeira (conforme a Consti- tuição do Estado estrangeiro).....	213
2.7 Controle de convencionalidade da lei estrangeira (conforme as normas internacionais em vigor no Estado estrangeiro)	217
3. Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira.....	219
3.1 Rejeição da demanda ou aplicação da <i>lex fori</i> ?.....	220
3.2 Solução do direito brasileiro	220
4. Limites à aplicação do direito estrangeiro	221
4.1 Direitos fundamentais e humanos	222
4.2 Ordem pública.....	224
4.3 Normas de aplicação imediata (<i>lois de police</i>).....	233
4.4 Fraude à lei	239
4.5 <i>Prélèvement (favor negotii)</i>	247
4.6 Reciprocidade	248
4.7 Instituições desconhecidas.....	251
4.8 Norma mais favorável à pessoa	253
5. Cooperação jurídica internacional	254
5.1 Homologação de sentenças estrangeiras	255
5.2 Auxílio direto.....	261
5.3 Cartas rogatórias	263
6. Conclusão.....	266

Capítulo VIII

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1. Introdução.....	267
2. Diálogo com Erik Jayme.....	268

3. O novo DIPr e os valores pós-modernos.....	268
3.1 Pluralismo (diversidade cultural).....	269
3.2 Comunicação.....	273
3.3 Narração.....	273
3.4 Retorno dos sentimentos.....	276
4. Conclusão.....	277

PARTE II
PARTE ESPECIAL

Capítulo I

DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

1. Leis aplicáveis.....	281
2. Orientação legislativa.....	282
3. Plano da Parte Especial.....	282

Capítulo II

DOS BENS

1. Introdução.....	285
2. Regra <i>lex rei sitae</i>	286
3. Qualificação dos bens.....	289
4. Bens em trânsito.....	291
5. Conflitos móveis.....	293
6. Navios e aeronaves.....	295
7. Lei aplicável ao penhor.....	297
8. Tráfico ilícito de bens culturais.....	299
8.1 Conceito.....	300
8.2 Lei aplicável.....	301
8.3 A questão do possuidor de boa-fé.....	303
8.4 Normas de aplicação imediata.....	304

Capítulo III

DIREITO DE FAMÍLIA

1. Normas gerais.....	307
2. Esponsais.....	308
2.1 Qualificação dos esponsais.....	309
2.2 Lei aplicável segundo a LINDB.....	311
2.3 Regra do Código Bustamante.....	312
3. Casamento.....	314
3.1 Capacidade para casar.....	315
3.2 Casamento realizado no Brasil.....	318
3.3 Casamento realizado no exterior.....	320
3.4 Casamento consular.....	322
3.4.1 Casamento consular de brasileiros no exterior.....	322
3.4.2 Casamento consular de estrangeiros no Brasil.....	324

3.5	Casamento por procuração.....	326
3.6	Lei aplicável ao regime de bens	328
3.7	Efeitos pessoais do casamento.....	332
3.8	Invalidade do casamento.....	333
4.	Divórcio.....	338
4.1	Divórcio consensual consular.....	341
4.2	Divórcio consensual puro e qualificado.....	342
5.	Relações parentais.....	342
5.1	Filiação.....	343
5.2	Guarda de filhos	345
5.3	Direito de visita	348
5.4	Alimentos.....	349
5.4.1	Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro (1956)	349
5.4.2	Primeiras normas da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.....	351
5.4.3	Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família e Protocolo sobre a Lei Aplicável (2007)	351
5.4.4	Flexibilização do Protocolo de 2007 em razão da norma mais favorável ao alimentando.....	358
5.5	Sequestro internacional de crianças	361
6.	Adoção internacional de menores	366
6.1	A questão da nacionalidade	367
6.2	Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores (1984)	370
6.3	Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (1993).....	375
6.4	Direito Internacional Privado brasileiro da adoção	378
6.5	Adoção por estrangeiros na Constituição de 1988 e no ECA	380

Capítulo IV

DIREITO DAS SUCESSÕES

1.	Introdução.....	385
2.	Regra geral da LINDB	386
2.1	Princípio da universalidade sucessória	387
2.2	Desuso (<i>de facto</i>) e insubsistência (<i>de jure</i>) da regra.....	388
2.3	Bens imóveis localizados no estrangeiro.....	390
2.4	Equalização de direitos na partilha dos bens.....	391
3.	Sucessão de bens de estrangeiros situados no País	392
4.	Capacidade para suceder.....	396
5.	Autonomia da vontade	398
6.	Exceção à unidade sucessória em razão de créditos locais.....	398
7.	Execução de testamento celebrado no estrangeiro	399
7.1	Lei aplicável à forma	399
7.2	Lei aplicável à substância.....	402

Capítulo V
OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1.	Introdução.....	405
2.	Obrigação proveniente de contrato	408
3.	Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil	411
4.	Obrigações por atos ilícitos.....	414
4.1	Regra <i>lex loci delicti commissi</i>	415
4.2	Tratados internacionais	416
4.3	Flexibilização pela <i>lex damni</i>	418
4.4	Obrigações <i>ex lege</i>	420
5.	Autonomia da vontade	421
6.	Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.....	425

Capítulo VI
ESTATUTO DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Introdução.....	427
2.	Lei aplicável.....	427
3.	Nacionalidade	429
4.	Reconhecimento e funcionamento	430
5.	Limites de operação no Brasil.....	433
6.	Insolvência transnacional.....	435
6.1	Entendimento	435
6.2	Sistemas territorial e universal	436
6.3	Regime jurídico nacional	438
6.4	Propostas de harmonização.....	441
7.	Conclusão.....	446
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		449
OBRAS DO AUTOR.....		471